

# Bom dia Contrasp

CONTRASP

Edição 134657 - Segunda feira, 02 de fevereiro de 2026



## AS PROFISSÕES QUE MAIS REGISTRAM AFASTAMENTOS POR TRANSTORNOS MENTAIS NO BRASIL

No topo da lista estão profissões como vendedor do comércio varejista, faxineiro, auxiliar de escritório, assistente administrativo e alimentador de linha de produção



Mais de duas mil ocupações profissionais registraram afastamentos do trabalho por transtornos mentais no Brasil, segundo dados do Ministério da Previdência Social. Em 2025, o país concedeu mais de 500 mil benefícios por problemas de saúde mental, o maior número já registrado pelo segundo ano consecutivo.

No topo da lista estão profissões como vendedor do comércio varejista, faxineiro, auxiliar de escritório, assistente administrativo e alimentador de linha de produção. São atividades ligadas ao atendimento ao público, à manutenção de serviços essenciais e ao funcionamento cotidiano das cidades.

Os dados mostram que em 2025 foram registrados mais de 546 mil afastamentos por questões

relacionadas à saúde mental. Em 2024, o país já havia atingido o maior patamar da década, o que indica uma tendência de crescimento contínuo.

Para entender a distribuição desses afastamentos no mercado de trabalho, foi analisada uma lista com mais de 2 mil profissões, elaborada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT), com base em registros do INSS. O levantamento considera o período entre 2012 e 2024 e inclui afastamentos com e sem vínculo a acidentes de trabalho.

Especialistas apontam que as ocupações mais afetadas compartilham características como contratos frágeis, alta rotatividade, pressão por metas, jornadas extensas e maior exposição a riscos, como a violência urbana, caso de motociclistas e vigilantes.

Segundo o procurador do Ministério Público do Trabalho Raymundo Lima Ribeiro Júnior, a combinação entre vínculos precários e sobrecarga de trabalho ajuda a explicar o cenário. De acordo com ele, há investigações em empresas que controlam até mesmo o tempo de pausas para necessidades básicas, o que agrava o adoecimento mental dos trabalhadores.

A auditora fiscal do trabalho Odete Cristina Pereira Reis, coordenadora nacional de Fiscalização em Riscos Psicossociais, afirma que o ranking revela um padrão estrutural. Para ela, o baixo nível salarial e a pouca autonomia nas funções reduzem a capacidade de decisão dos trabalhadores, aumentando o estresse e dificultando o desenvolvimento profissional.

Entre os principais fatores associados ao crescimento dos afastamentos por saúde mental estão relações de trabalho precárias, medo do desemprego, remuneração atrelada a metas de desempenho, excesso de trabalho, jornadas prolongadas e exposição à violência durante a atividade profissional.

Em 2025, o Brasil registrou cerca de 4 milhões de afastamentos do trabalho por doença, o maior número dos últimos cinco anos. Desse total, mais de 546 mil licenças foram concedidas por transtornos mentais, um aumento de 15% em relação ao ano anterior.

Os transtornos ansiosos lideram as causas de afastamento, com 166.489 licenças concedidas, seguidos por episódios depressivos, que somaram 126.608 afastamentos. Também aparecem entre os principais diagnósticos transtorno bipolar, dependência química, estresse grave, esquizofrenia e alcoolismo, todos com crescimento em relação a 2024.

Os números se referem ao total de afastamentos, e não ao número de trabalhadores, já que uma mesma pessoa pode receber mais de uma licença ao longo do ano.

O impacto financeiro também é significativo. Embora o INSS não informe o valor exato gasto com licenças por saúde mental, dados indicam que os trabalhadores ficaram afastados, em média, por três meses, recebendo cerca de R\$ 2.500 por benefício. Com base nesses valores, o custo estimado pode chegar a quase R\$ 4 bilhões em 2025.

As mulheres concentram a maioria dos afasta-

mentos, representando cerca de 63% do total, embora recebam, em média, benefícios menores do que os homens. Segundo especialistas, os dados mostram que a saúde mental deixou de ser apenas uma questão de saúde pública e passou a ter forte impacto econômico.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que a depressão e a ansiedade provoquem a perda de 12 bilhões de dias úteis por ano no mundo, com prejuízo global de cerca de US\$ 1 trilhão.

Diante desse cenário, o debate sobre prevenção ganhou força com a atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que passaria a incluir os riscos psicossociais no ambiente de trabalho. A medida permitiria a fiscalização de situações como metas excessivas, jornadas prolongadas, assédio moral e falta de suporte organizacional, com multas que poderiam chegar a R\$ 6 mil por empregado.

Após pressão de empresas e sindicatos patronais, o governo decidiu adiar a implementação da norma. O novo prazo foi estabelecido para maio deste ano. Segundo o Ministério do Trabalho, no entanto, não haverá nova prorrogação.

É inaceitável que, em pleno século XXI, milhões de trabalhadores brasileiros continuem sendo forçados a se afastar de suas funções em razão de transtornos mentais profundamente associados às condições de trabalho. Os números oficiais mais recentes mostram que, em 2025, o Brasil ultrapassou a marca de mais de 546 mil afastamentos por problemas de saúde mental um recorde histórico que evidencia não apenas uma crise de saúde pública, mas também um fracasso estrutural na proteção dos trabalhadores e na promoção de ambientes laborais saudáveis e dignos.

Os dados apontam que profissões tradicionalmente precarizadas como vendedores do comércio varejista, faxineiros, auxiliares de escritório e assistentes administrativos estão

entre as mais impactadas por transtornos mentais decorrentes de pressões cotidianas, jornadas exaustivas, metas inatingíveis e contratos instáveis. Essa realidade reflete como a lógica produtivista e as relações de trabalho fragilizadas corroem a saúde emocional de quem sustenta o funcionamento básico de nossas cidades e serviços.

Não podemos ignorar que o crescimento constante desses afastamentos está intimamente ligado à precarização das relações laborais, à falta de políticas efetivas de proteção à saúde mental no trabalho e à ausência de fiscalização robusta sobre riscos psicossociais. A postergação da atualização das normas de segurança como a inclusão de riscos psicossociais na NR-1 apenas prolonga a negligência sobre um

problema que já atinge proporções epidêmicas entre trabalhadoras e trabalhadores.

Além dos impactos humanos, os efeitos econômicos e sociais desses afastamentos são profundos: cada licença representa meses de produtividade perdida, insegurança financeira para famílias e pressão adicional sobre sistemas de proteção social que já operam no limite. A Contrasp reafirma que não há desenvolvimento sustentável sem a garantia de ambientes de trabalho que preservem a saúde integral das pessoas física, mental e emocional e que dialogar e implementar políticas públicas de prevenção deve ser uma prioridade urgente para toda a sociedade.

Fonte: g1 com alterações CONTRASP

